

CONTRATO

Contrato n.º 056/2023 – Convite n.º 009/2023
Processo 161/2023

Aquisição de Móveis de Escritório para os espaços culturais e sede da FUNDACI, conforme descrito no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

A Fundação Arte e Cultura de Ilhabela - FUNDACI, pessoa jurídica, de direito público, com sede à Rua Dr. Carvalho, 80, Centro, Ilhabela-SP, CNPJ n.º 03.206.986/0001-49, neste ato representado por seu representante Sr. **ANTONIO MARCOS SILVA BATISTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 36.009.359-0 SSP/SP e inscrito no CPF n.º 172.925.248-69, daqui por diante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **M V DOS S J DE ALMEIDA EPP**, estabelecida na Rua Diamantina, 70, Jardim Ismenia, São José dos Campos – SP, 12220-663, CNPJ n.º 30.655.471/0001-07, neste ato por seu representante legal, proprietário, Sr. **MARCOS VINICIUS DOS SANTOS JESUS DE ALMEIDA**, brasileiro, empresário, solteiro, portador de RG n.º 39.304.476-2 – SSP/SP e CPF/MF n.º 393.040.418-48, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de prestação de aquisição de bens, nos termos da Lei n.º 8.666/93, originado do Processo Administrativo n.º 161/2023, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, ficando porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste contrato, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Móveis de Escritório para os espaços culturais e sede da FUNDACI, conforme descrito no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Fica estabelecido o regime de execução indireta, empreitada por preço global, nos termos do art. 10, II, "a" da Lei 8.666/93.

CLÁUSULAS TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global homologado do presente contrato, é de **R\$ 161.987,00 (cento e sessenta e um mil, novecentos e oitenta e sete reais)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

M V DOS S J DE
ALMEIDA:30655
471000107

Assinado de forma digital
por M V DOS S J DE
ALMEIDA:30655471000107
Dados: 2023.12.26 12:38:48
-03'00'



4.1. O prazo de vigência do presente contrato será a partir da data da assinatura do Contrato, até cumprimento integral do objeto previsto na Clausula Primeira, com a entrega dos produtos adquiridos, podendo ser prorrogado em conformidade com art. 57 da Lei 8.666/93.

4.2. A publicação do resumo deste instrumento deverá ocorrer conforme estabelecido no art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das despesas inerentes a este contrato correrão à conta da dotação - reduzido nº 18-44.90.52 Equipamento e Material Permanente.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

6.2. Cumprir as notas de encomenda recebida, entregando integralmente os bens adquiridos, conforme Termo de Referência e documentação acostada aos autos, novos, intactos, e com respectivos termos de garantia e nota fiscal.

6.3. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.

6.4. Responder pelos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Elaborar e enviar a respectiva nota de encomenda, bem como disponibilizar os meios para recebimento dos bens adquiridos.

7.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer irregularidades, de qualquer natureza que venham ocorrer, em função da entrega dos bens, devendo constatar a integridade e quantidade de produtos recebidos.

7.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na Cláusula Nona.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS

M V DOS S J DE Assinado de forma digital
ALMEIDA:30655 por M V DOS S J DE
471000107 ALMEIDA:30655471000107
Dados: 2023.12.26 12:39:23
-03'00'



8.1. Anexo "I" do Edital – Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) referente(s) aos bens efetivamente entregues, conforme o estabelecido na Proposta Comercial e condicionados à apresentação dos seguintes documentos à Fundação Arte e Cultura de Ilhabela - FUNDACI:

9.1.1. Comprovante de quitação para com a Fazenda Pública Municipal - Certidão Negativa de Tributos Municipais;

9.1.2. Última guia de recolhimento exigível, devidamente autenticada, do INSS, FGTS, PIS e COFINS.

9.2. Os pagamentos serão efetivados de acordo com a entrega efetiva dos produtos indicados na Nota de Encomenda/ Solicitação de Entrega, podendo ser parcial, caso os produtos sejam entregues em mais de uma entrega.

9.3. A entrega parcial de bens não ensejará o descumprimento contratual, desde que todos os bens indicados na Nota de Encomenda/ Solicitação de Entrega sejam entregues dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

9.4. O CONTRATANTE efetuará o pagamento devido até o 5º (quinto) dia útil, contado da data de recebimento da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço/ Fatura(s).

9.5. Ocorrendo erro na (s) Nota (s) Fiscal (is) de Serviço/Fatura (s) apresentada (s), estas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da (s) mesma (s), devidamente corrigidas, ou de nova (s) Nota (s) Fiscal (is) de Serviço/ Fatura (s), que substituirá (ão) aquela (s).

9.6. O CONTRATANTE poderá desde que em comum acordo com a CONTRATADA deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento deste contrato.

9.7. Para os pagamentos efetuados com atraso, a CONTRATANTE pagará a título de juros de mora, mediante a aplicação da variação dos últimos doze meses do índice oficial IPCA/IBGE, entre o dia de vencimento e o dia do pagamento. O valor referente aos juros de mora, como acima referenciado, será faturado com os valores devidos no próximo faturamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO



10.1. Os preços serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, após a data da proposta poderá haver reajustamento, de acordo com o que preconiza o artigo 40, inciso, XI da Lei 8.666/93.

10.2. O reajuste do preço contratado, após o prazo estipulado no item 10.1, será equivalente à variação percentual do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), dos últimos 12 (doze) meses.

10.3. Na hipótese da extinção do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), utilizar-se-á outro índice que vier a substituí-lo.

10.4. Cabe a CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste solicitado ao CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do contrato será acompanhada pela Fundação Arte e Cultura de Ilhabela – FUNDACI, indicando neste ato o Sr. Pedro Felipe Ramos, servidor da FUNDACI, como responsável por esse acompanhamento, assim designado nos termos do Art. 67, da Lei. N.º 8.666/93, que deverá atestar o cumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SIGILO

12.1. A CONTRATANTE considera os conteúdos dos serviços aqui referenciados como informações e segredos comerciais da CONTRATADA, independente do fato que qualquer subconjunto dos mesmos, seja ou possa ser validamente protegido por registro de propriedade autoral ou industrial.

12.2. As partes, por este instrumento, garantem que os indivíduos que terão acesso aos conteúdos dos serviços deste contrato, terão conhecimento da substância da Cláusula de sigilo aqui assegurada.

12.3. No que couber, aplica-se a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, parcial ou integral, de acordo com o estabelecido nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- 13.1.1.** Advertência;
- 13.1.2.** Multas;
- 13.1.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração
- 13.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 13.2.** As multas serão aplicadas nos seguintes casos e percentuais:
- 13.2.1.** Por atraso injustificado na execução do contrato em até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
- 13.2.2.** Por atraso injustificado na execução do contrato, superior a 30 (trinta) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado, com consequente cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- 13.2.3.** Recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou receber a Autorização de Fornecimento, dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta;
- 13.2.4.** Por inexecução total ou parcial injustificada do contrato: 10% (dez por cento) sobre o valor total do mesmo ou sobre a parcela não executada, respectivamente;
- 13.3.** A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração:
- 13.3.1.** Por atraso injustificado na execução do contrato, superior a 31 (trinta e um) dias;
- 13.3.2.** Por recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou receber a Autorização de Fornecimento, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 1 (um) ano;
- 13.3.3.** Por inexecução total ou parcial injustificada do contrato: até 2 (dois) anos;
- 13.4.** Atingindo o limite de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, a Administração da Fundação poderá promover a rescisão parcial ou total do mesmo.
- 13.5.** A CONTRATADA não incorrerá em multa quando os descumprimentos dos prazos estabelecidos forem resultado de força maior devidamente comprovada ou por culpa exclusiva da CONTRATANTE ou de instruções da Administração da Fundaci.



13.6. As multas previstas no inciso 13.2 serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

13.7. As sanções previstas nos incisos 13.1, 13.3 e 13.4, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.8. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza da gravidade da falta cometida.

13.9. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será declarada em função da natureza e da gravidade da falta cometida.

13.10. Antes de liquidada ou relevada qualquer multa, nenhum pagamento será feito à CONTRATADA.

13.11. A sanção prevista no inciso 13.4 é da competência do Presidente da Fundaci, facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.12. As demais sanções previstas nos incisos 13.1, 13.2 e 13.3 são de competência do (a) setor pertencente à Fundação delegado pelo Presidente da Fundaci.

13.13. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, bem como da rescisão do contrato, serão cabíveis:

13.13.1. Recurso, no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:

13.13.1.1. Rescisão do contrato, nos casos a que se refere o inciso I do art.79 da Lei 8.666/93;

13.13.1.2. Aplicação das penas de advertência, de suspensão temporária ou de multa;

13.14. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

13.15. Pedido de reconsideração de decisão do Presidente da Fundaci, na hipótese do inciso IV do item 13.1, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

13.16. A intimação dos atos a que se refere o inciso 13.13.1, será feita mediante publicação no órgão de imprensa em que se publicam os atos Municipais.

13.17. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado o recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.18. O despacho final de cancelamento da penalidade que tenha sido objeto de divulgação será publicado no órgão de imprensa em que se publicam os atos Municipais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. Este contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

14.2. O CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada.

14.2.1. Neste caso, a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes aos produtos entregues e aprovados pelo órgão fiscalizador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o estabelecido no art. 65 da Lei 8.666/93.

15.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO, nos termos do §1º do art. 65 da lei 8.666/93.

15.3. As supressões que excederem aos 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser resultantes de acordo entre as partes;

15.4. As alterações a que se referem ao item anterior serão consideradas formalizadas mediante aditamento contratual a ser emitido pelo Serviço de Administração de Contratos desta Fundação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, por telegrama, no endereço constante do Preâmbulo.

Fundação Arte e Cultura de Ilhabela – FUNDACI
Rua Dr. Carvalho, 80 – Centro – Ilhabela – SP - CEP 11630-000
CNPJ 03.206.986/0001-49 – I.E. Isento
(12) 3896-1571 e 3896-2439 – Fone: (12) 3896-1747
licitacoes@fundaci.org



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ilhabela, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas igualmente signatárias.

ILHABELA, 19 de dezembro de 2023

FUNDAÇÃO ARTE E CULTURA DE ILHABELA - FUNDACI
ANTONIO MARCOS SILVA BATISTA - PRESIDENTE

M V DOS S J DE

ALMEIDA:30655471000107

Assinado de forma digital por M V

DOS S J DE

ALMEIDA:30655471000107

Dados: 2023.12.26 12:41:39 -03'00'

M V DOS S J DE ALMEIDA EPP
Contratada

TESTEMUNHAS:
